

n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio no cargo de Chefe de Divisão de Investimentos, em comissão de serviço e pelo período de três anos, Maria Teresa Tavares de Campos, assessora principal do quadro do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

A nomeada fica autorizada a optar pelo vencimento da sua categoria de origem, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos à data da assinatura.

27 de Dezembro de 2007. — O Director-Geral, *Edmundo Gomes*.

#### Nota curricular

Nome — Maria Teresa Tavares de Campos  
Formação académica:

Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Carreira profissional:

É assessora principal do quadro do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, desde Setembro de 2001;

É Chefe de Divisão de Investimentos do Gabinete de Gestão Financeira, em regime de substituição, desde 1 de Março de 2006;

De Fevereiro a Setembro de 2005, foi Chefe de Divisão de Controlo da Execução Financeira do PIDDAC do Departamento Central de Planeamento, actual Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional;

De Fevereiro de 1995 a Abril de 2002 foi responsável pela coordenação do PIDDAC do Ministério do Planeamento e Administração do Território;

Em Março de 1989 ingressou no Departamento Central de Planeamento como técnica superior de 2.ª classe, ficando responsável pela preparação, acompanhamento e análise da execução do PIDDAC do Ministério da Educação. Foi representante do Departamento Central de Planeamento na Comissão Nacional do PRODEP I e na Unidade de Gestão do PRODEP II;

Em Agosto de 1977 ingressou no Ministério da Agricultura e Pescas como contabilista de 3.ª classe. Trabalhou na Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas e na Direcção de Serviços de Gestão da Empresa Agrícola onde desenvolveu diversas actividades na área de contabilidade e gestão e no âmbito das condições de trabalho da agricultura.

#### Despacho n.º 3212/2008

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal para selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Chefe de Divisão de Dotações Comuns de Pessoal — previsto na alínea a) do n.º 2.º do Despacho n.º 17 036/2007, publicado em 2 de Agosto. A oferta de emprego foi publicitada na 2.ª série do *Diário da República* n.º 188 de 28 de Setembro (Aviso n.º 18 639/2007), na *Bolsa de Emprego Público (BEP)* com o código n.º OE200710/0048 e no jornal *Público* de 3 de Outubro.

Decorreram as operações de selecção a cargo do júri, de acordo com os métodos publicitados na BEP.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, o júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, propôs para desempenhar o cargo a candidata Maria de Lourdes Gomes Ribeiro Curto.

Assim sendo, e tendo em conta os fundamentos apresentados pelo júri, considero que a candidata atrás referida possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo procedimento concursal.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio no cargo de Chefe de Divisão de Dotações Comuns de Pessoal, em comissão de serviço e pelo período de três anos, Maria de Lourdes Gomes Ribeiro Curto, professora do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária Aquilino Ribeiro.

O presente despacho produz efeitos à data da assinatura.

27 de Dezembro de 2007. — O Director-Geral, *Edmundo Gomes*.

#### Nota curricular

Nome — Maria de Lourdes Gomes Ribeiro Curto  
Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia;

Curso de Qualificação em Ciências da Educação pela Universidade Aberta;

Inscrição na DGCI como técnica oficial de contas;

Certificação de aptidão profissional como formadora pelo IIEFP;

Frequência do curso de Alta Direcção em Administração Pública.

Experiência profissional:

De 1987 a 1997 exerceu funções como professora do quadro de nomeação definitiva;

De 1998 a 2000, requisitada na Direcção de Serviços do Orçamento das Escolas do Gabinete de Gestão Financeira, foi responsável pelo acompanhamento e controlo do orçamento individualizado dos estabelecimentos do ensino secundário do distrito de Lisboa e das escolas profissionais públicas;

De 2000 a 2004, requisitada na Divisão de Apoio Informático do Gabinete de Gestão Financeira, foi responsável pelo desenvolvimento de diversas aplicações para as áreas financeira e de recursos humanos e pela construção de diversas bases de dados através do SOE (Sistema de Orçamento do Estado) e SCC (Sistema Central de Contabilidade) com toda a informação relativa ao orçamento global do Ministério da Educação;

De 2004 a 2006, requisitada na Direcção de Serviços de Sistemas e Informação do Gabinete de Gestão Financeira, foi uma das responsáveis pela preparação, acompanhamento e controlo de todo o processo que envolve as autorizações de pagamento das requisições de fundos de vencimentos e de funcionamento dos estabelecimentos de ensino básico e secundário e seu lançamento no SIC (Sistema de Informação Contabilística);

Desde 1 de Abril de 2006 é Chefe de Divisão de Dotações Comuns de Pessoal, em regime de substituição, responsável pela preparação do projecto de orçamento das dotações de pessoal dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e pelo acompanhamento e avaliação da execução das dotações comuns de pessoal, bem como pelo apoio técnico à aplicação e gestão dos recursos financeiros dos estabelecimentos de educação e ensino.

### Inspeção-Geral da Educação

#### Delegação Regional de Lisboa

##### Aviso n.º 3111/2008

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 59º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, é avisada a professora Dília Maria Gouveia Pinto, do Externato Alfa, em Lisboa, com a última morada conhecida na Rua Guiomar Torresão, 26 — 3º Dtº, 1500 Lisboa, de que contra ela está a correr os seus trâmites um Processo Disciplinar com o n.º 4036/DRL/04, sendo igualmente por esta via citada para querendo, apresentar a sua defesa no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso, podendo durante o referido prazo, consultar o processo na Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Inspeção Geral da Educação, sita na Avenida 24 de Julho, n.º 136 — 2º andar Lisboa, às horas normais de expediente.

2 de Janeiro de 2008. — A Delegada Regional, *Natalina Tavares de Moura*.

### MINISTÉRIO DA CULTURA

#### Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

##### Despacho n.º 3213/2008

Por meu despacho de 28 de Agosto de 2007, autorizei a abertura do procedimento concursal para provimento do cargo de Director de

Serviços de Direito de Autor (d direcção intermédia de 1.º grau) do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), do Ministério da Cultura.

Nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a oferta de emprego foi publicitada através do Aviso n.º 18 428/2007, publicado no *Diário da República* n.º 186, 2.ª série, de 26 de Setembro, na Bolsa de Emprego Público com o código n.º OE200709/0471.

O júri, com os fundamentos constantes do procedimento, deliberou propor a nomeação do candidato licenciado Nuno Manuel da Silva Gonçalves para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços de Direito de Autor do GPEARI, do Ministério da Cultura.

Nestes termos e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio no cargo de Director de Serviços de Direito de Autor do GPEARI, do Ministério da Cultura, em comissão de serviço e pelo período de três anos, o assessor principal, da carreira de consultor jurídico, Nuno Manuel da Silva Gonçalves, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, do Ministério da Cultura.

7 de Janeiro de 2008. — A Directora-Geral, *Patrícia Salvação Barreto*.

#### ANEXO

##### Nota curricular

Nome: Nuno Manuel da Silva Gonçalves  
 Data de Nascimento: 1 de Agosto de 1955  
 Estado civil: casado  
 Residência: Rua André de Gouveia lote 1647 — 4.º Dto. 1750 Lisboa  
 Habilitação Académica: Licenciatura em Direito pela Universidade de Direito, da Universidade de Lisboa.  
 Habilitações profissionais:  
 Foi assessor Jurídico, entre 1982 e 1988 de vários membros do Governo, nas áreas da Qualidade de Vida, Ambiente, Desporto, Negócios Estrangeiros e Agricultura.  
 Consultor jurídico do Ministério da Cultura, desde 1981. A categoria actual é Assessor Principal.  
 Director de serviços do livro no Instituto Português do Livro, entre 1988 e 1996.  
 Director do Gabinete do Direito de Autor, desde 1997.  
 Sede: Rua Dom Francisco Manuel de Mello n.º 15-1.º Lisboa  
 Docente convidado das cadeiras de Introdução aos Estudos Europeus e Direito de Autor, no Instituto superior de Engenharia de Sistemas e Informática (COCITE), e na Escola Superior de Actividades Imobiliárias (ESAI).  
 Tem participado, como conferencista convidado, nos cursos de pós-graduação sobre a Sociedade da Informação, realizados pela Faculdade de Direito de Lisboa, e pela Universidade de Évora.  
 Tem nos últimos 10 anos representado Portugal, em reuniões oficiais e Conferências Diplomáticas — no âmbito da União Europeia, OMC e OMPI — no domínio do Direito de Autor e Direitos Conexos.  
 É responsável pela preparação de projectos de legislação, no domínio do Direito de Autor e Direitos Conexos, nos últimos 10 anos.

#### Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.

##### Despacho n.º 3214/2008

Nos termos do n.º 3 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 95/2007, de 29 de Março, e dos artigos 35º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do artigo 9º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 27º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, delegeo na subdirectora do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. (ICA, I.P.), licenciada Leonor da Silveira Moreno Lemos Gomes Sousa Paz, as minhas competências próprias, sem prejuízo do direito de avocação:

Ficam ratificados todos os actos praticados desde 9 de Abril de 2007 pela subdirectora do ICA, I.P., no âmbito dos poderes ora delegados.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

18 de Maio de 2007. — O Director, *José Pedro Ribeiro*.

##### Despacho n.º 3215/2008

No âmbito da presidência Portuguesa da União Europeia para a área da Cultura, vai realizar-se em Lisboa, entre os dias 7 e 9 de Outubro de 2007, o Seminário “Conteúdos Audiovisuais em Linha”.

Compete ao Instituto do Cinema e do Audiovisual, IP, a organização deste evento.

Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 95/2007, de 29 de Março e dos artigos 35º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, delegeo no Dr. Nuno Manuel Ferreira da Fonseca, Técnico Superior Assessor deste Instituto, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, a que se refere o artigo 23º do Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 6 de Março, necessárias a assegurar a realização do Seminário “Conteúdos Audiovisuais em Linha”, supra mencionado, até ao limite de 50 000 €;

2 — Celebrar e dispensar a celebração dos correspondentes contratos de aquisição de bens e serviços.

2 de Agosto de 2007. — O Director, *José Pedro Ribeiro*.

#### Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.

##### Despacho n.º 3216/2008

Em cumprimento do n.º 5 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, foi publicado o Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março, que cria o Instituto dos Museus e da Conservação, IP, e define a respectiva missão e atribuições, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública. Através da Portaria n.º 377/2007, de 30 de Março, foram aprovados os estatutos do IMC, IP, definida a respectiva organização interna e as competências das respectivas estruturas orgânicas.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 97/2007 e na sequência desta reestruturação, cessaram as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes dos serviços dependentes de forma a garantir o normal funcionamento dos serviços e a rápida consolidação da estrutura do IMC, IP:

Ao abrigo do disposto no artigo 27º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, o Licenciado João Manuel Neto Jacob no cargo de Director equiparado a Chefe de Divisão, cargo de direcção intermédia de 2º grau do Museu do Abade do Baçal.

O nomeado possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional, correspondendo, por conseguinte, ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na síntese curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

13 de Agosto de 2007. — O Director, *Manuel de Lemos Bairrão Oleiro*.

##### Síntese Curricular

Dados pessoais:

Nome — João Manuel Neto Jacob  
 Nacionalidade: -Portuguesa  
 Categoria — Técnico Superior de 2ª Classe

Habilitações literárias:

Licenciatura em História  
 Pós-Graduação em Museologia (Universidade do Porto)

Formação profissional:

Curso de Formação Profissional FORGEP- Programa de Formação em Gestão Pública (Instituto Nacional de Administração).

Carreira profissional:

Director do Museu do Abade do Baçal/Instituto dos Museus e da Conservação desde 17/7/1996.

Carreira Técnica Superior do quadro do Museu do Abade do Baçal/ Instituto dos Museus e da Conservação desde 8 de Setembro de 1994.

Docente desde o ano lectivo 1984-1985.